

A LISTA NOMINATIVA DE 1838

CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS, ECONÔMICAS E SOCIAIS DE OURO PRETO

Mirian Moura Lott¹

INTRODUÇÃO

Já havia algum tempo, a então Vila Rica² fora descrita por viajantes estrangeiros como decadente. De acordo com Saint-Hilaire, que esteve em Vila Rica em 1816, seu aspecto era de abandono, tristonho e desolador. Suas casas eram “quase todas construídas de barro e mal conservadas, o que tudo anunciava a diminuta fortuna dos seus moradores. (...) Calculava-se a sua população em 8.000 habitantes. Não havia livraria, nem biblioteca pública”³.

Realmente, identificamos esvaziamento do núcleo urbano da capital da província desde o final do século XVIII através de documentação paroquial (assentos de batismos, casamentos e óbitos da paróquia de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto) e através de pesquisa realizada por Iraci Del Nero da Costa acerca da paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Antonio Dias. Ambas formavam o núcleo urbano da capital mineira⁴.

No entanto, se o fausto do ouro já se encerrara, as atividades ditas complementares à lida mineratória, como a agricultura de subsistência e o comércio local e provincial tornaram-se as centrais, pois já sabemos que a extração mineral nunca foi a única atividade econômica das regiões mineradoras.

O período de fome e necessidades dos primórdios da extração aurífera se limitou ao primeiro decênio do século XVIII, quando a chegada primeiramente dos paulistas, e logo após de portugueses e habitantes das demais capitânicas em busca de riquezas minerais se deu de forma desorganizada. No entanto, bem cedo, com a sedentarização caracterizada pela constituição de vilas e arraiais a necessidade de alimentação e de produtos básicos foram sendo supridas através de pequenas roças e vendas. Em 1705 já temos notícias da criação da paróquia de Antônio Dias na Vila Rica e desde 1712 encontramos registros de batismos na freguesia do Pilar do Ouro Preto. Claro que não eram identificadas pelos belos templos que conhecemos hoje, mas tratavam-se de pequenas edificações responsáveis pela inserção daquele espaço não somente no mundo cristão, mas no mundo lusitano.

Apesar da avidez pela descoberta de ouro, a mineração nunca existiu sozinha. Ao lado das datas⁵, adventícios solicitavam do rei outorga de sesmarias, constituindo-se na primeira aristocracia agrária das Minas. Sílvia Brugger argumenta que as bandeiras paulistas eram expedições basicamente familiares, e nos relata o exemplo de Fernão Dias Pais, que se fez acompanhar por seu genro, Manoel de Borba Gato em sua viagem de exploração ao Serro do Frio. Neste primeiro momento, os homens da família se lançaram à aventura da conquista, mas posteriormente, já assentados, trouxeram os demais membros da família. Neste momento, Brügger se busca nos textos do viajante Taunay, confirmação de suas premissas: “Já sossegado, [...] o nosso Tenente-General Manoel de Borba Gato, mandou vir a sua família para o Rio das Velhas, e dois genros que tinha naturais da Ilha de São Miguel (...)”. Portanto, o enraizamento da população em Minas se deveu basicamente à atividade agrícola, possibilitando a sobrevivência das vilas após a exaustão do ouro aluvial. Ainda citando o exemplo

¹ Mestre em História pela linha social da cultura. Departamento de História/FAFICH/UFMG.

² Vila Rica é elevada à condição de imperial cidade de Ouro Preto em 1823.

³ Citado por COSTA, Iraci Del Nero da. Vila Rica: População (1719-1826). São Paulo: IPE/USP, 1979, p. 132.

⁴ Em 1994 a cidade se vê acrescida da paróquia de Santa Efigênia, situação que permanece nos dias atuais.

⁵ Pequena extensão de terra cedida pelo rei de Portugal para a extração de ouro.

Borba Gato, a autora nos esclarece que após ter “abandonado a atividade mineratória, (retirou-se) para um sítio, banhado por um rio fértil de peixe e boas terras de mantimentos”⁶.

Num outro exemplo, observamos o caso de Paulo Rodrigues Pereira. É citado por Donald Ramos quando o autor analisa a religiosidade popular de origem africana nas minas setecentistas. O estudo do professor se dá com outro objetivo, mas podemos utilizá-lo para vislumbrar a dupla atividade daquele proprietário. Homem culto, licenciado, Paulo Rodrigues chamou Gaspar, um escravo de Angola, conhecido feiticeiro da região para “curar” as doenças de “muitos” escravos na sua fazenda. Gaspar também conseguiu aumentar a produção de ouro em outra lavra – produção que tinha diminuído como resultado de feitiços”⁷.

A primeira metade do século XVIII, portanto pode ser caracterizada como de franco desenvolvimento. A arrecadação de ouro é inédita e paralelamente se desenvolvem atividades agro-pastoris e comerciais para abastecimento das vilas e arraiais. As décadas de 40 e 50 do setecentos são consideradas como o período áureo de Vila Rica, com a construção de pontes e chafarizes. Os templos passaram a ser ampliados e enriquecidos para dar conta do grande número de devotos. No entanto o florescimento proporcionado pela abundância do ouro foi breve, e o declínio da produção aurífera passou a ser sentido já na segunda metade do século.

Os sintomas de decadência econômica e de redução populacional são identificados por Iraci Del Nero pela diminuição e mudança do perfil dos habitantes da freguesia de Antonio Dias. A constituição social dos núcleos urbanos ligados à extração mineral tradicional mudou, passando a caracterizar-se por número cada vez maior de mulheres livres e diminuição dos plantéis de escravos, indicativos do êxodo de homens jovens em busca de novas terras e oportunidades. Não podemos, no entanto generalizar para toda a província este aspecto desolador, que se estende até as primeiras décadas do século XIX. Este panorama foi mais intenso na área central da capitania, onde tradicionalmente foram exploradas as minas auríferas.

Estudos historiográficos já mostraram que não houve a partir da segunda metade do século XVIII decadência generalizada da economia mineira, pois como já consideramos, desde a chegada dos paulistas à procura do ouro, a mineração não se tornou a única atividade econômica. Bem cedo a agricultura, a criação para subsistência e abastecimento local e o comércio desenvolveram-se paralelamente à extração do ouro. Esta complexidade da economia mineira possibilitou que a diminuição da produção aurífera não se transformasse em decadência generalizada e esvaziamento da província.

Homens, principalmente jovens iam em busca de novas terras e novas oportunidades. Foi esse o momento de desbravamento do sertão em direção ao oeste. A fronteira é rompida, o sertão é desbravado e várias vilas surgem nesse período, no noroeste e na região do triângulo mineiro. A economia se diversifica e seu eixo se desloca da mineração para as atividades agro-pastoris. No ano de 1808 a chegada da corte lisboeta no Rio de Janeiro dá novo impulso a outras áreas que passam a se especializar nas atividades voltadas para seu abastecimento, como é o caso do sul de Minas e zona da mata mineira com destaque para a vila de São João Del Rei.

“Apesar dos importantes centros urbanos, de um setor de mineração e muitas pequenas indústrias caseiras, a maioria da população de Minas (escravos e pessoas livres) vivia em

⁶ BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim. Família e Patriarcalismo em Minas Gerais. In: PAIVA, Eduardo França (org) Brasil-Portugal: sociedades, culturas e formas de governar no mundo português (séculos XVI-XVIII). São Paulo: Annablume, 2006.

⁷ RAMOS, Donald. A luta pela alma: conflito espiritual nas Minas Gerais do século XVIII. In: Oficina do Inconfidência. ano 2, nº 1. Ouro Preto: Museu da Inconfidência, 2001. P. 38

áreas rurais. Nesta economia predominantemente rural, a propriedade da terra era um determinante fundamental da riqueza e da estrutura social”⁸.

A proposta desse artigo é, após traçar breve perfil econômico de Minas Gerais no primeiro terço do século XIX, visualizar Ouro Preto, considerando sua especificidade como capital da província que, após o declínio mineratório se reergue sobre novas bases econômicas e sociais. Para tanto, analisamos a lista nominativa de 1838 que cobre a freguesia de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto, uma das duas paróquias que constituem o núcleo urbano da cidade. Portanto, é importante enfatizarmos que estaremos visualizando parte de Ouro Preto, apesar de ser parte significativa, já que a paróquia de Nossa Senhora do Pilar é mais rica e populosa que a de Nossa Senhora da Conceição do Antonio Dias. O censo de 1804 já nos indica sua superioridade, relacionando para ela 2.871 habitantes, enquanto foram recenseados 1.694 habitantes em Antonio Dias.

Devemos alertar também que tratamos da área mais central da cidade, apesar de já observarmos características rurais nos últimos fogos listados, indicativos de se localizarem no limite da freguesia. No entanto, trata-se de fonte primorosa para visualizarmos aquela localidade, sua composição demográfica, social e econômica naquele momento.

Em alguns aspectos as informações censitárias foram cotejadas com dados dos registros paroquiais da mesma matriz, pesquisados a partir do Banco de Dados coordenado pela professora Adalgisa Arantes Campos, que apesar de ainda estar em fase de implantação, nos permite estudos também aprofundados acerca daquela sociedade⁹.

A bibliografia referente ao período também foi utilizada para subsidiar as reflexões possíveis a partir do levantamento das informações contidas nas fontes em seus cruzamentos.¹⁰

PERFIL ECONÔMICO DA PROVÍNCIA DE MINAS GERAIS NAS DÉCADAS DE 20 E 30 DO OITOCENTOS:

A economia da província foi muito bem equacionada pelo professor Douglas Cole Libby: Não resta dúvida de que o grande sustentáculo da economia mineira do século XIX foi a agricultura mercantil de subsistência, ou seja, a produção de alimentos básicos destinados ora ao autoconsumo, ora ao mercado interno, dentro e fora da província¹¹.

Entretanto, seu perfil econômico é bem mais complexo e Minas Gerais não se estabelece na primeira metade do século XIX somente como centro abastecedor intra e inter provincial de produtos agro-pastoris. O próprio autor nos revela o destaque da província na exploração de minerais e na manufatura de têxteis, inclusive com a grande utilização de mão de obra livre.

Com o final das leis restritivas às manufaturas Minas passa também a se destacar na produção. As pequenas indústrias têxteis se espalham por toda a Minas Gerais e na década de 1820 surgem as companhias estrangeiras de mineração, sendo que diversas fundições foram instaladas em Itabira, Caeté e próximo a Ouro Preto¹². A produção do ouro ainda era significativa para as economias regionais em Ouro Preto e Rio das Velhas,

⁸ BERGAD, Laird W. *Escravidão e História Econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1888*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2004. P. 120

⁹ Banco de Dados dos assentos paroquiais da Paróquia de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto: (1712-1899)m FAPEMIG/CNPQ/CASA DOS CONTOS. Coordenação: profa. Dra. Adalgisa Arantes Campos. Belo Horizonte, MG.

¹⁰ Agradeço profundamente a professora dra. Clotilde Andrade Paiva pelo auxílio nos cruzamentos da Lista Nominativa de 1838.

¹¹ LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988. P. 14

¹² BERGAD, Laird W. *Op. Cit.* P. 88

A chegada da corte portuguesa ao Rio de Janeiro em 1808 deu novo fôlego à economia mineira, principalmente na comarca do Rio das Mortes, sediada em São João del Rei por localizar-se mais próxima à capital imperial. Esta passou a abastecer a sede do império com produtos como laticínios, couros, etc. O café só passa a se destacar no último terço do século XIX, com sua atuação localizada na zona da mata mineira e sul de Minas.

De acordo com Laird Bergad as exportações de Minas Gerais em 1828 estavam assim distribuídas: açúcar e derivados: 2,8%; café: 3,6%; tabaco: 11,7%; produtos têxteis: 15,0%; animais e sub-produtos: 59,8%; produtos da lavoura (farinha de milho): 0,1%; minérios: 4,9%; diversos: 2,0%¹³.

Entretanto, não era somente a exportação a responsável pelo dinamismo econômico da província. Os mercados urbanos foram capazes de se constituir num mercado consumidor próprio.

Os produtos alimentícios básicos, como milho e mandioca, não eram exportados em quantidades significativas, embora fossem cultivados em todos os lugares; isto serve para indicar que os mineiros eram os principais consumidores da produção agrícola da província. Também é provável que uma boa parcela de tecidos fosse comercializada no local”.

(...) “A produção do destilado de cana e da rapadura (alimento básico em Minas desde o início da colonização) continuou importante nas economias regionais de toda a província”¹⁴.

Outro ponto que mobilizou os historiadores que se debruçaram sobre a província de Minas Gerais na primeira metade do século XIX foi a dinâmica ímpar do escravismo que ali se desenvolveu após o declínio produtivo do ouro aluvial. Caso único, Minas mantém o maior plantel de escravos do império nos séculos XVIII e por todo o XIX até 1888, sem entretanto basear-se em cultura para exportação, a não ser no último quartel do oitocentos, com o desenvolvimento da cultura de café no sul e zona da mata mineiros. Em outras áreas a manutenção da mão de obra cativa não se deu somente via compra, mas foi possibilitada via crescimento natural da escravaria. Esta premissa parte de análise de plantéis onde há a presença de crianças e menor proporção entre homens e mulheres.

AS LISTAS NOMINATIVAS DE 1830/31 E DE 1838/40

Após sua independência de Portugal, o Estado nacional brasileiro tratou de se organizar administrativamente. Este processo fortaleceu-se no decorrer da década de 30, com o estímulo à maior autonomia dos governos provinciais que aprovam leis que visavam maior “organização do aparelho burocrático e constituição de um sistema de fluxo de informações estatísticas”¹⁵. A preocupação de recenseamento da população que se intensifica nesta época já acontecia anteriormente. De acordo com Herculano Mathias, ao apresentar-nos o Censo de 1804 referente ao núcleo urbano de Vila Rica,

as razões que determinaram esse trabalho demográfico residiram na necessidade urgente de recolher fundos – proporcionados à situação individual de cada morador – destinados a aliviar as pesadas despesas de Portugal durante os primeiros anos do século XIX, às voltas com a inquieta situação gerada pelos conflitos militares, com a

¹³ BERGAD, Laird W. Op. Cit. P. 84

¹⁴ BERGAD, Laird W. Op. Cit. P. 86,97.

¹⁵ BOTELHO, Tarcisio R. Família escrava em Catas Altas do Mato Dentro (MG) no século XVIII. In: Anais da V Jornada Setecentista. Curitiba: 2003. P. 8

Espanha e às constantes e insuportáveis pressões napoleônicas, que iriam se traduzir, em 1807, na invasão pelas tropas francesas sob o comando de Junot¹⁶.

Além do objetivo tributário, podemos considerar que estes levantamentos da população tivessem também a finalidade de convocação militar e de maior organização administrativa. Tanto que é característica do século XIX mudanças nos limites dos distritos e vilas e elevação de vilas à condição de cidades.

Ouro Preto era dividida em duas freguesias ou paróquias. Estas eram divisões eclesiásticas, sob a orientação de um pároco colado, ou seja, além de clérigo com funções religiosas, era também funcionário da Coroa, de acordo com o sistema de padroado existente em Portugal¹⁷. Na maioria das vilas as freguesias se equivaliam aos distritos, divisões civis criadas com objetivo administrativo. No entanto, em vilas maiores e cidades, nem sempre estes dois espaços representavam o mesmo território. Este é o caso de Ouro Preto, como é constatado pelo recenseamento de Vila Rica em 1804.

O trabalho cobre 6 distritos do núcleo urbano: Ouro Preto, Antonio Dias, Cabeças, Morro, Alto da Cruz e Padre Faria. No entanto, só há duas freguesias: Ouro Preto e Antonio Dias. Os demais distritos são pertencentes a uma ou outra, sendo que o morro (de São Sebastião) tem uma área pertencente a cada uma delas. A saber: Cabeças pertence a Ouro Preto e Alto da Cruz e Padre Faria pertencem à paróquia de Antonio Dias.

Até a promulgação da lei imperial que institui o cargo de juiz de paz em 15 de outubro de 1827, os distritos eram administrados pelos capitães de distrito. Estes foram responsáveis pelos primeiros recenseamentos, sob a responsabilidade de um capitão-Mor. Para o censo de 1804 é-nos esclarecido que “O Capitão-Mor era, como ficou indicado, Antonio Agostinho Lobo Leite Pereira. Os seis capitães ou comandantes de distrito estavam a ele diretamente subordinados”. A função de recensear os fogos e seus moradores era ainda entregue a outro funcionário, pois “o alferes Jose Antonio da Assumpção entregou no dia 10 de setembro a ‘relação das pessoas existentes no Distrito de Ouro Preto’. O comandante era Jose Bento Soares”. (...) “O capitão do distrito do Alto da Cruz, Francisco Caetano Ribeiro encarregou do serviço ao seu imediato, alferes José Soterio de Jesus, que encerrou o trabalho no dia 31 de agosto”¹⁸. Cada distrito por sua vez era constituído por quarteirões.

Nesse processo os párocos tiveram destaque, pois na falta do juiz de paz, atuavam como funcionários do governo no fornecimento de informações, e nos locais onde não se constituíram distritos de paz, a unidade administrativa era a freguesia. A lei imperial dizia que “em cada uma das freguesias e capelas curadas haverá um juiz de paz e um suplente, para servir no seu impedimento, enquanto não se estabelecem os distritos conforme nossa divisão estatística do Império”¹⁹. Além disso era dos curas²⁰ a responsabilidade por encaminhar ao presidente da província os mapas de população semestrais, que deviam complementar as informações arrecadadas pelos censos periódicos.

¹⁶ MATHIAS, Herculano Gomes. Um recenseamento na capitania de Minas Gerais: Vila Rica – 1804. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1969. P. VII.

¹⁷ “O padroado conferia aos monarcas lusitanos o direito de cobrança e administração dos dízimos eclesiásticos”... Além disso, cabia ao monarca a apresentação dos nomes dos escolhidos para ocupar o governo das dioceses, das paróquias e outros benefícios eclesiásticos, bem como a obrigação de zelar pela construção e conservação dos edifícios do culto, de remunerar o clero e de promover a expansão da fé cristã (...) Ao papa cabia apenas a confirmação das atividades religiosas do rei de Portugal. In: HOORNAERT, Eduardo e outros. História da Igreja no Brasil. Petrópolis, Ed. Vozes, 1979, Tomo 2. P. 163, 164

¹⁸ MATHIAS, Herculano Gomes. Um recenseamento na capitania de Minas Gerais ... P. VII.

¹⁹ COSTA, Joaquim Ribeiro. *Toponímia de Minas gerais com estudo histórico da divisão territorial e administrativa*. 2a ed. Belo Horizonte, BDMG Cultural, 1997. (1a ed. 1970).

²⁰ O cura era o pároco, também chamado de cura d’alma. A capela curada era aquela que tinha um sacerdote fixo.

A responsabilidade do pároco ia além: em 13/12/1832 o Conselho Geral da província, considerando sua vastidão e as grandes distâncias das povoações e dos moradores que tornam difícil aos povos o conhecimento das leis e ordens a que devem obedecer, resolvem em seu artigo 1º que “as leis e decretos tanto gerais como peculiares, serão publicadas na província de Minas pelos párocos e curas na estação da missa conventual”. O artigo 2º complementa tal lei, pois “remetidas as leis e decretos às Câmaras Municipais, estas farão imediatamente remessa delas aos párocos e curas dos seus municípios, exigindo as declarações necessárias depois da publicação”.²¹ A freguesia era a referência tanto religiosa como administrativa da Minas oitocentista.

Em 18 de março de 1836 a Lei mineira no. 46 provê sobre o registro dos nascimentos, casamentos e óbitos e acerca de arrolamento decenal de todos os habitantes da província. No entanto, esta como outras leis, “que foram decretadas na primeira legislatura da Assembléa Mineira, que legislou com admirável critério e patriotismo sobre as mais palpitantes necessidades da província, (...) teve apenas deficiente execução, e por pouco tempo”²².

Dessas e outras orientações do governo provincial, temos mapas de população, que são quadros-resumo dos nascimentos, casamentos e óbitos que cada pároco deveria encaminhar para o presidente da província semestralmente e listas nominativas, que se tratam de recenseamentos das populações também por freguesias ou distritos, onde foram registrados o nome de cada habitante por domicílio. Este é encabeçado por seu chefe, seguido pelo Cônjuge, filhos, parentes, agregados, parentes dos agregados, escravos e parentes dos escravos. Aos nomes dos membros de cada fogo são acrescentadas outras informações, como a cor, idade, estado civil, nacionalidade e ocupação. Pela posição na lista foram deduzidas a condição social e sua relação com o chefe. Nas listas de 1838 foram acrescentadas as informações sobre se cada sujeito era alfabetizado ou não.

Sobre a queixa feita por Veiga acerca da brevidade das leis postuladas acima podemos referenciar, pois, observamos que os assentos de casamentos registrados pelo pároco da matriz do Pilar em Ouro Preto foram acrescentados de informações específicas no período de 1836 a 1841, sendo que então se tornam esparsas até desaparecerem. Estas se referem à idade dos noivos, sua cor e ocupação. Também os mapas de população que estão preservados no Arquivo Público Mineiro referem-se a um período limitado, desaparecendo no transcorrer da segunda metade do século XIX²³.

Existem dois conjuntos de listas nominativas para a Província de Minas Gerais: um para 1831/32 e outro para 1838/40. “Organizadas sob a responsabilidade dos juizes de paz, em atendimento à solicitação do Governo Provincial, esses arrolamentos objetivavam facilitar as deliberações da administração política para fins tributários, decisão político administrativa, recrutamento militar e etc”²⁴.

Sobre as primeiras foi elaborada uma base de dados organizada pelo cedeplar/UFMG e sofreram análise da professora Clotilde Andrade Paiva em sua tese de doutorado *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*²⁵. De acordo com a professora, “em 1831/32 havia 410 distritos de paz que compunham a província de Minas Gerais. Os distritos que possuem listas nominativas são em 242, sendo que as diversas regiões não foram cobertas da

²¹ VEIGA, José Pedro Xavier. Efemérides Mineiras: 1664-1897. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos Culturais. Fundação João Pinheiro, 1998. P. 1050

²² Veiga, José Pedro Xavier. Op. Cit. P. 299

²³ http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fundos_colecoes/brtacervo.php?cid=61 – Coleção MP de 1826 a 1863.

²⁴ CORRÊA, Carolina Perpetuo. Aspectos da demografia e vida familiar dos escravos de Santa Luzia, Minas Gerais, 1818-1833. In: Anais do XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambu - MG – de 20- 24 de Setembro de 2004. P. 5

²⁵ PAIVA, Clotilde Andrade. População e economia nas Minas Gerais do século XIX. São Paulo, USP 1996. Mimeo.

mesma forma. A região central-mineradora, onde a cidade de Ouro Preto está inserida tem uma cobertura de 73,8%, sendo uma das que está melhor representada²⁶. No entanto, não foram localizadas as relativas ao núcleo urbano de Ouro Preto.

As listas nominativas de 1838-40 estão sob a guarda do Arquivo Público Mineiro, mas já sofrem estudos pontuais pelo mesmo Cedeplar/UFMG sob os auspícios da professora Maria do Carmo Salazar Martins²⁷. A lista do distrito de Ouro Preto foi conservada e é sobre ela que nos debruçaremos com mais ênfase.

OURO PRETO: ANTECEDENTES

Já sabemos que a Vila Rica (torna-se a cidade de Ouro Preto em 1823) passou por dinâmica econômica e demográfica que se repetiu por outras vilas da região mineradora central oeste, assim nomeada pela professora Clotilde, a área onde está localizada a capital mineira. O professor Tarcísio Botelho observa o mesmo perfil para Catas Altas e nomeia o “comportamento de algumas variáveis demográficas para além do período de auge econômico como de acomodação”²⁸. Também em Catas Altas a queda da produção aurífera na segunda metade do século XVIII não significou sua derrocada, pois “desde as décadas anteriores já se observava uma diversificação da economia local, com a presença da agricultura e a produção de derivados de cana de açúcar e de milho”²⁹.

Apesar de não terem sido localizadas as listas nominativas do núcleo urbano de Ouro Preto, o perfil da região mineradora tradicional foi traçado pela professora Clotilde em seus estudos. Além das listas de 1831/32, foram considerados relatos de viajantes que estiveram em Minas no período e a Relação de engenhos e casas de negócios por distritos elaborados em 1836. No período de 1830 a 1835, as regiões mineradoras juntas apresentam os maiores percentuais, tanto de população quanto de distritos, possuindo 35% dos distritos e 29% da população³⁰. Localizados na área central oeste, estes tradicionais núcleos mineradores, formaram uma estrutura urbana mais consolidada. Se por um lado, os viajantes estrangeiros se sentiram frustrados por não conhecerem o fausto proporcionado pelo auge da mineração ocorrido há cem anos, por outro, de uma forma mais discreta nos deram algumas pistas acerca da sobrevivência daquelas vilas e cidades. “As casas tinham melhor padrão de construção com utilização de materiais caros, como vidro, e os hábitos de consumo eram mais sofisticados, envolvendo bens de luxo importados. A sofisticação do comércio local era bem maior, com o maior número de vendas especializadas em produtos importados”³¹. Foram observados também nessa região “bom número de casas de negócios, muitas delas bem sofisticadas para os padrões vigentes e grande variedade de artesãos”³².

A emigração de parte da população para áreas mais férteis pode ser explicada pela “esterilidade do solo de antigas áreas de mineração já abandonadas e devastadas”³³.

Portanto, é nesse contexto que em 1804 Vila Rica era identificada como em fase de estagnação. No entanto, essa situação era alentada por ser a capital administrativa da Capitania “o que implicava na presença obrigatória de funcionários civis e militares com seu

²⁶ PAIVA, Clotilde. Op. Cit. P. 69,70.

²⁷ Agradeço à professora Dra. Maria do Carmo Salazar Martins pela cessão de cópia da Lista Nominativa de 1838 referente ao termo de Ouro Preto.

²⁸ BOTELHO, Tarcísio R. Família escrava em Catas Altas do Mato Dentro (MG) no século XVIII. In: Anais da V Jornada Setecentista. Curitiba: 26 a 28 de novembro de 2003. P. 4

²⁹ BOTELHO, Tarcísio R. Op. Cit. P. 5,6

³⁰ PAIVA, Clotilde. Op. Cit. P. 53

³¹ PAIVA, Clotilde. Op. Cit. P. 117

³² PAIVA, Clotilde. Op. Cit. P. 115

³³ PAIVA, Clotilde. Op. Cit. P. 115

séquito de familiares e dependentes”³⁴. Como já foi avaliado no transcórper do trabalho, as atividades que prosperaram paralelas à mineração na primeira metade do século XVIII se estabeleceram, superaram a lida mineratória e proporcionaram retomada econômica e consequentemente populacional de Ouro Preto, em outras bases.

Ao consultarmos a documentação disponível, podemos identificar com certo rigor o momento dessa retomada em Vila Rica. Donald Ramos ao analisar a população urbana do termo de Vila Rica, considera o seguinte movimento:

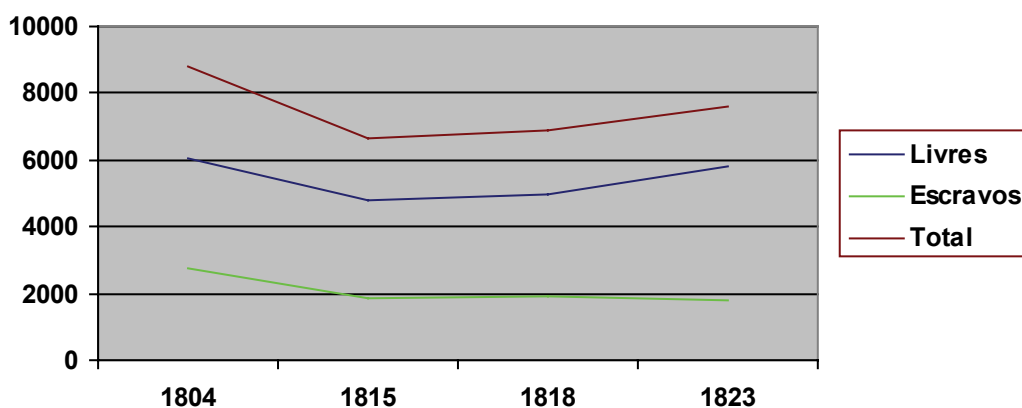
TABELA 1: POPULAÇÃO DO DISTRITO URBANO DO TERMO DE VILA RICA POR CONDIÇÃO SOCIAL

	Nº de livres	% de livres	Nº de escravos	% de escravos	TOTAL
1804	6.045	68.8	2.740	31.2	8785
1815	4.796	72.3	1.841	27.7	6637
1818	4.978	72.5	1.892	27.5	6870
1823	5.791	76.2	1.808	23.8	7599

Os dados de 1804 são referentes ao Censo demográfico organizado por Herculano Mathias e confirmam sua própria observação acerca da estagnação da vila. O êxodo urbano iniciado a partir da segunda metade do século XVIII, decorrente da escassez do ouro de aluvião ainda é visível. No entanto, a relação entre livres e escravos é a menor, indicando que a fuga se deu principalmente de elementos livres e a presença mais marcante do trabalho escravo. A partir de 1815 a população total retoma seu crescimento, devido principalmente ao incremento de livres, pois a mão de obra cativa, após um pequeno aumento, volta a decrescer, compondo em 1823 menos de um quarto dos habitantes.

Através do gráfico abaixo, podemos observar melhor o movimento populacional no período.

GRÁFICO 1: POPULAÇÃO DO DISTRITO URBANO DO TERMO DE VILA VICA POR CONDIÇÃO SOCIAL



³⁴ MAHIAS, Herculano p. IV.

O quadro abaixo, referente à Paróquia do Pilar do Ouro Preto, também nos mostra o período de sua retomada populacional e econômica. Trata-se do quadriênio 1813/1816, quando observamos o incremento de batismos em todos os setores sociais. Nos primeiros anos observa-se primeiramente o decréscimo de livres. Por falta de oportunidades econômicas jovens tratam de buscar novas terras mineradoras ou mesmo para o desenvolvimento de atividade agro-pastoril, pois o solo da região ouropretana não é apropriado para vastas culturas. A chegada de escravos adultos já era bem reduzida, demonstrando baixo dinamismo econômico. No entanto podemos deduzir da redução de batismos de crianças escravas uma saída também de escravos. Supomos que alguns acompanhassem seus proprietários nas novas empreitadas e outros eram vendidos para a arrecadação de capital também para esses novos empreendimentos.

O retorno do dinamismo econômico é visualizado a partir da retomada de compra de escravos adultos e do nascimento de crianças cativas. Podemos observar para Ouro Preto a formação de plantéis tanto via tráfico como via crescimento vegetativo. Enquanto o fluxo de livres permanece ascendente, a chegada de escravos adultos é bem oscilante sendo que a partir de 1833 o decréscimo é definitivo.

Os dados posteriores a 1830 devem ser analisados com muito cuidado, pois não podemos desconsiderar as leis proibitivas ao tráfico internacional aprovadas a partir de 1831. Já sabemos que estas não foram suficientes para cessar a chegada de africanos no Brasil e que, pelo contrário, há um acirramento da entrada de cativos nas décadas de 30 e 40. No entanto, os registros podem ter sido manipulados, pois os assentos de batismos serviam como documento comprobatório da posse daquele cativo e, naquele contexto também de sua origem.

QUADRO 1: Batismos por condição social:
Paróquia de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto - 1801 – 1840

Período	Livres	Escravos adultos	Escravos inocentes	Alforriados em pia batismal	Total
1801-1804	387	7	174	7	962
1805-1808	58	4	145	1	208
1809-1812	84	8	47	0	139
1813-1816	96	52	147	6	301
1817-1820	74	65	139	1	279
1821-1824	67	20	130	1	218
1825-1828	82	98	112	2	294
1829-1832	100	138	141	0	379
1833-1836	243	34	142	8	427
1837-1840	252	3	25	8	288

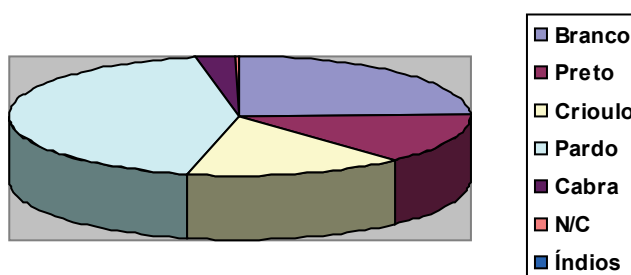
OURO PRETO EM 1838

Não devemos deixar de enfatizar algumas questões acerca da Lista nominativa de 1838, antes de passarmos à análise de seus dados. Primeiramente, elas se referem a parte da cidade, e possivelmente nem cubra toda a freguesia abarcada pela Matriz de Nossa Senhora do Pilar, pois já consideramos o descompasso entre o território dos distritos e das paróquias. Além disso, devemos lembrar que uma lista nominativa é um retrato instantâneo daquela localidade. Pessoas ausentes podem ter sido omitidas, além de que, o objetivo tributário e de

arregimentação militar podem também ser responsáveis pela relatividade das informações. Além disso, cada distrito ficava sob a responsabilidade de um funcionário da província e alguns elementos podem ser fruto de sua subjetividade. Em suma, devemos ter o devido cuidado com esta, da mesma forma que devemos considerar qualquer outra fonte histórica.

De toda forma esta é a Ouro Preto que nos é apresentada para 1838. São 3.690 habitantes, com a seguinte constituição étnica: Os pardos vêm em primeiro lugar, com 1.603 habitantes, perfazendo 43.4% do total de habitantes. São seguidos numericamente pelos brancos (911) que formam 24.6%. Os crioulos (556 ou 15%) são seguidos de perto pelos africanos (509 ou 13.8%). Temos ainda pequeno percentual de mestiços, identificados dessa maneira, como cabras ou caboclos (102 ou 2.76%). Foram relacionados quatro índios e em sete casos, não consta a condição social do indivíduo.

GRÁFICO 2: Habitantes de Ouro Preto por cor em 1838



Os brancos formam quase 25% dos habitantes. Desses, grande parte constituíam-se no corpo administrativo e militar da província. Este aspecto é específico do centro administrativo da província, pois é característico das áreas mineradoras número bem mais expressivos de pardos. Como exemplo citamos o estudo feito por Carolina Corrêa para Santa Luzia (MG) que constata através da lista nominativa de 1831 para aquela localidade, somente 8.63% de brancos.

Apesar dos perfis diferentes das duas localidades, encontramos afinidade entre ambas. Os pardos, que somam em Ouro Preto 43% da população, muito se aproximam dos dados encontrados para Santa Luzia (44.14%). A diferença entre as duas volta a se apresentar com os negros. Se somarmos os crioulos e africanos, temos para Ouro Preto 28.8%, enquanto em Santa Luzia temos 40.5%³⁵. Santa Luzia nunca foi um núcleo minerador, “como haviam sido vários dos povoados e arraiais mineiros surgidos e crescidos ao longo do Setecentos. O lugarejo parece ter sido voltado para o abastecimento interno mesmo durante os anos áureos da mineração”³⁶.

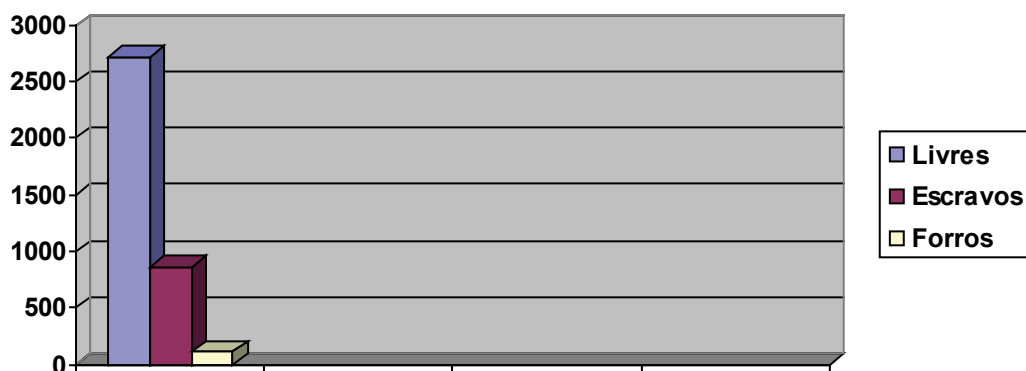
Do total da população, 73.5% é constituída por livres. Os escravos referiam-se a 23.14% e os forros 3% da população. Num estudo sobre São Jose Del Rei, atual Tiradentes, os professores Douglas Cole Libby e a professora Clotilde Paiva nos esclarece que o percentual da população escrava numa determinada região é sintoma de seu dinamismo econômico³⁷.

³⁵ CORREA, Carolina Perpétuo. Por que sou um chefe de famílias e o senhor da minha casa?: proprietários de escravos e famílias cativas em Santa Luzia, Minas Gerais, século XIX. Belo Horizonte: UFMG, 2005. Mimeo.

³⁶ CORREA, Carolina P. Op. Cit. P. 24

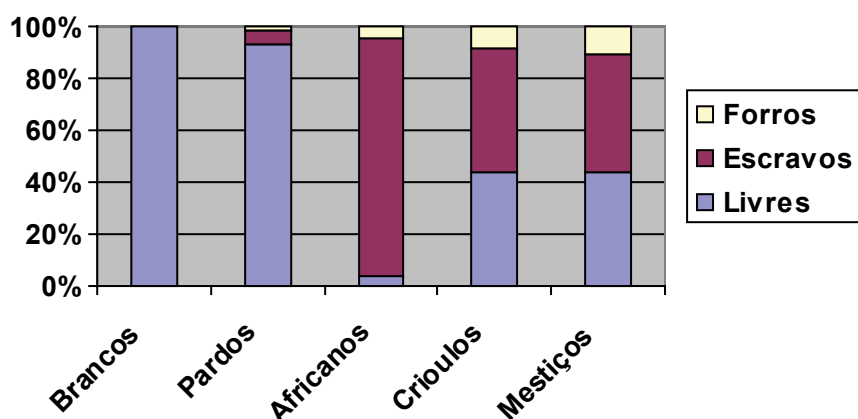
³⁷ LIBBY, Douglas Cole e PAIVA, Clotilde A. Alforrias e forros em uma freguesia mineira: São José Del Rei em 1795. In: Revista Brasileira de Estudos de População. Vol. 17, n1/2 Jan/Dez. 2000. P. 22

GRÁFICO 3: Habitantes de Ouro Preto por condição social - 1838



Podemos qualificar nossa análise acerca da composição social da população de Ouro Preto ao incluirmos o componente cor ou etnia:

GRÁFICO 4: Habitantes por cor e condição social:



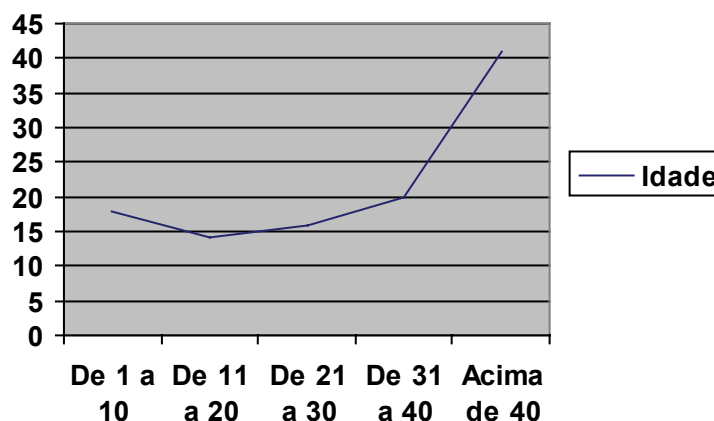
38

A alforria era alcançada principalmente por pardos, nas gerações pretéritas, pois o grande número de pardos livres foi fruto da alforria de ao menos um de seus ascendentes. A alforria, era alcançada tardiamente, pois eram fruto de compra por parte do cativo, e o acúmulo de pecúlio demandava tempo ou era deixada em testamento por seu dono, e também nesse caso havia um investimento daquele cativo ao prestar serviço suficiente para merecer a benesse da alforria. A linha, portanto é diretamente proporcional à idade, havendo uma pequena retomada para as idades inferiores, determinadas pelas alforrias em pia batismal. O menor número refere-se aos forros entre 11 e 20 anos, pois não era interessante que se alforriasse o jovem em plena idade produtiva.

O gráfico abaixo nos possibilita visualização desse comportamento.

³⁸ Nos gráficos 2, 3 e 4 não foram incluídos os índios e os habitantes onde não constam sua cor ou condição social.

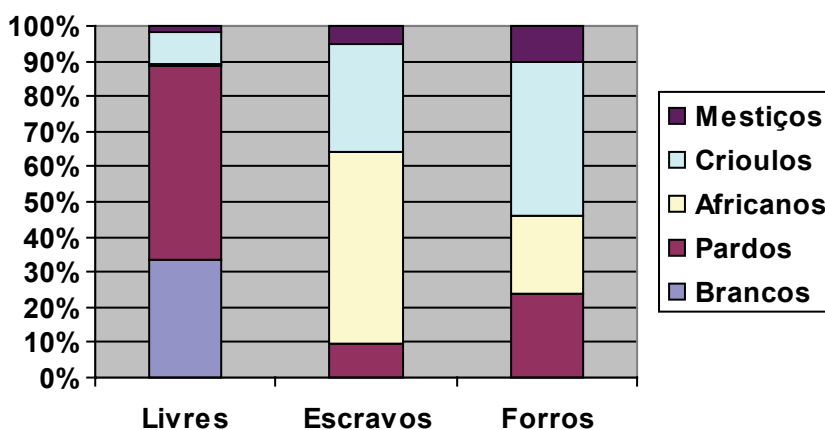
GRÁFICO 5: Idade dos forros em 1838



A alforria também se dava preferencialmente entre as mulheres, visto que, enquanto relacionamos 30 forros, temos 79 mulheres alforriadas. Entre os negros, os crioulos tinham maior acesso à liberdade, pois entre livres e forros, formam pouco mais de 50%, enquanto os africanos são cativos em quase toda a sua totalidade. Apesar da pequena representatividade, os mestiços (cabras, caboclos) têm sua constituição formada por pequena margem de maioria livre. Concluímos através desses dados, que a mestiçagem permanece no primeiro terço do século XIX como via para a liberdade.

Visto de outra forma, os dados acima podem nos elucidar ainda outras questões: Primeiramente a composição dos livres, com sua maioria parda. A grande presença de africanos entre os escravos, demonstrando que a situação econômica do núcleo urbano da capital já não era de estagnação, como foi identificado para o início do século. Além disso observamos a possibilidade dos escravos nascidos no Brasil de alcançarem a sua alforria nesse período. Apesar das listas nominativa praticamente não relacionar as ocupações dos habitantes, quando o faz, se prende basicamente aos chefes dos fogos, podemos concluir pela possibilidade de existirem ali escravos de ganho, jornaleiros e artesãos entre os cativos, sendo estas ocupações que davam condições de se alforriarem por compra. Somamos a esta possibilidade a permanência no período em tela dos legados pios, onde era considerada como obra de misericórdia alforriar ao menos um escravo em testamento, principalmente aqueles mais velhos, que já houvessem servido seu senhor com lealdade e devoção.

GRÁFICO 6: Habitantes por condição social e cor



No que se refere à composição por gênero, observamos proporção maior de mulheres entre os livres. Enquanto os homens somam 1.235 habitantes, as mulheres são em 1.596 para um total de 2.831. O déficit de 361 homens equivale a 12.75% a mais de mulheres. Nesse sentido o fato de ser centro burocrático e militar não foi suficiente para tornar a cidade pólo de recepção de novos elementos masculinos. Entretanto, como já foi alertado no início deste trabalho, não podemos desconsiderar a possibilidade de homens (tropeiros, militares, fazendeiros, .) estarem ausentes de seus domicílios por ocasião do recenseamento.

A composição dos escravos por sexo se mostra muito peculiar. Homens somam 456, as mulheres perfazem 403 para o total de 859. Os africanos formam a maioria da escravaria em Ouro Preto, mas o perfil por gênero não segue o padrão de importação prioritária de homens, pois 275 são homens e 191 mulheres, ou seja, o gênero feminino constitui 41% dos cativos. Este percentual nos faz imaginar que essas escravas não vinham diretamente da África, mas foram compradas de outras localidades ou províncias, e para o trabalho requerido, não havia preferência pelo sexo masculino.

Ao consultarmos os registros de batismos da paróquia do Pilar entre os anos de 1837 e 1840 encontramos o batismo de somente 3 escravos adultos africanos. Os três se referem a mulheres. A faixa de idade desses africanos nos faz deduzir pela compra independentemente do sexo, pois 201 têm entre 21 e 30 anos, seguidos pelos jovens de 10 a 20 anos, que somam 119. Essas duas faixas etárias formam 68.6%. Relativizamos para esse período a premissa de que grande número de cativos homens determina sua aquisição via comércio enquanto o equilíbrio de sexos caracteriza o crescimento natural.

Entre os crioulos a equivalência entre os sexos é ainda maior. Os homens somam 51%. Numa análise por idade nos revela o seguinte perfil: 33% têm até 10 anos, seguidos de perto pelos jovens de 10 a 20 anos. Há uma baixa considerável nos cativos de 21 a 30 anos, determinando portanto que os crioulos não eram conseguidos basicamente através da compra, que prioriza escravos no início da idade produtiva. Outra possibilidade é que por serem mais caros, os escravos na faixa dos 20 anos não estavam ao alcance dos proprietários ouropretanos.

O grande número de crianças talvez seja variável mais confiável para determinarmos a presença da família escrava. Tanto entre os africanos como entre os crioulos temos a presença de escravos remanescentes. Temos 73 africanos acima de 40 anos que perfazem 15.6% dessa categoria e 44 crioulos com idade superior a 40 anos ou 16.8% dos cativos nascidos no Brasil. Estes escravos mais velhos, possivelmente remanescentes de plantéis mais antigos são prova de que a estagnação econômica não foi definidora da venda de toda mão de obra cativa. Permanece o estado de solteiro para a maioria absoluta da população. O estado de solteiro é mais presente entre os escravos, apesar do investimento da igreja católica para normatizar a família mineira. Entre os livres temos percentual de 71.36 de solteiros e de 23% de casados. Se este percentual de solteirismo já é bastante elevado, entre os escravos ele se intensifica, pois temos 95.8% solteiros e 1.4% casados. Entre os forros, o índice se aproxima dos livres, pois 77.3% são solteiros e 14.5% são casados.

QUADRO 2: ESTADO CIVIL DOS HABITANTES

		Número	Porcentagem
Estado Civil	Não consta	56	1,5
	Solteiro	2.848	77,2
	Casado	652	17,7
	Viúvo	134	3,6
	Total	3.690	100,0

O casamento entre escravos tem tendência negativa no decorrer do século XIX. Os forros também têm dinâmica própria que rege o matrimônio entre eles, ficando para os livres o matrimônio como decorrente da política da coroa portuguesa e da igreja católica no sentido de regular a vida sexual de seus súditos e seguidores.

CARACTERÍSTICAS DOS CHEFES DE DOMICÍLIO

A lista relaciona a população por domicílios ou por estabelecimentos. Os fogos são encabeçados pelo chefe (homem ou mulher), seguido por seu cônjuge, filhos, parentes, agregados, parentes dos agregados, ou seja outras pessoas livres domiciliadas ali e possivelmente contribuindo com sua manutenção e por fim os escravos. Há a presença pequena de parentes dos escravos também, mas em um número irrelevante, apesar da curiosidade acerca de sua presença.

A lista parte da região central, pois se inicia na atual Praça Tiradentes e se encaminha para as áreas mais periféricas. Este aspecto nos permite visualizar a distribuição dos perfis profissionais pelo núcleo urbano da capital, além das nuances acerca da escravaria.

O total de almas é de 3690, distribuídas por quatorze quarteirões e por 725 fogos. Estes fogos ou domicílios são identificados por seu chefe que o encabeça. Entre os chefes de domicílio, 433 ou 59.7% são homens e 292 ou seja, 40.3% são mulheres. Ainda analisando os chefes de domicílio, podemos observar a prevalência dos pardos, tanto nos lares chefiados por homens como por mulheres, seguidos pelos brancos. Por condição social 95% são livres; 4.8% são forros, sendo que somente um escravo tinha seu domicílio privativo. José, africano de 40 anos morava sozinho. Não consta sua ocupação, mas residia na área periférica de Ouro Preto (quarteirão 14).

TABELA 2: CHEFES POR COR X SEXO

		SEXO		Total
		homem	mulher	
Cor ou etnia	Branco	176	86	262
	Preto	10	11	21
	Crioulo	26	39	65
	Pardo	216	152	368
	Cabra ou mestiço	5	4	9
Total		433	292	725

QUADRO 3: CHEFES DE FOGOS POR SEXO X PLANTEL X COR

SEXO	Cor ou etnia					Total		
	Branco	Preto	Crioulo	Pardo	Cabra ou mestiço			
homem	PLANTEL	0 escravos	62	9	24	164	4	263
		1 escravo	29	0	2	25	0	56
		2 escravos	20	0	0	5	0	25
		3 a 5 escravos	35	1	0	18	1	55
		6 a 10 escravos	19	0	0	4	0	23
		11 a 20 escravos	8	0	0	0	0	8
		21 e + escravos	3	0	0	0	0	3
		Total	176	10	26	216	5	433
mulher	PLANTEL	0 escravos	43	11	39	126	4	223
		1 escravo	12	0	0	10	0	22
		2 escravos	14	0	0	9	0	23
		3 a 5 escravos	13	0	0	6	0	19
		6 a 10 escravos	1	0	0	1	0	2
		11 a 20 escravos	2	0	0	0	0	2
		21 e + escravos	1	0	0	0	0	1
		Total	86	11	39	152	4	292

De acordo com o quadro acima, constatamos que o trabalho livre imperava, tanto nos lares masculinos como femininos, pois o número de domicílio onde não há a presença da mão de obra cativa é relevante. Em 486 ou 67% dos fogos não havia escravos. E, onde há a presença da mão de obra cativa, os pequenos plantéis são maioria. Além disso, apesar do estatuto de liberdade e da autonomia de pardos e pretos, tanto africanos como crioulos, o quadro nos mostra que a diferenciação social permanece com os brancos, pois estes detêm quase a totalidade dos maiores plantéis. Os pardos têm presença marcante até 5 escravos. Entre os brancos, os homens encabeçam os maiores plantéis.

CARACTERÍSTICAS DOS FOGOS

Apesar de constarem a ocupação de somente 18.75% dos habitantes, é possível deduzirmos algumas características econômicas de Ouro Preto. Tanto foram registradas ocupações dos membros de determinado domicílio, principalmente de seu chefe, como a atividade de alguns estabelecimentos. Foi possível a identificação de duas escolas. Elas se localizam na área mais central, pois foram relacionadas nos quarteirões 3 e 4. Uma delas, com nove mulheres listadas, e outra com dez pessoas listadas, sendo somente um rapaz, de dezessete anos, sem que se conste sua função ali. Nesta segunda escola há a presença de uma escrava.

No quarteirão 13 temos uma propriedade dedicada à mineração. Chefiada por Jacintha Thereza de Jesus, de sessenta anos, branca, relacionada como mineira. Lá estão listados dois feitores de mineração e 21 escravos, sendo seis mulheres e os demais homens, mas todos na lida da mineração. Os dois escravos mais novos têm 31 anos e a mais velha tem sessenta anos. Os feitores são pardos e entre os escravos, três são africanos e os demais são crioulos.

Já no último quarteirão, ou seja no limite desta freguesia eminentemente urbana, encontramos duas fazendas. A primeira, de propriedade de Francisca Branca, 50 anos, ali residia com seus 5 filhos homens. Três foram nomeados como negociantes e os outros dois como feitores. Para auxiliá-los na lida do campo, encontramos a presença 14 escravos. Dez são africanos, sendo nove homens e uma mulher. Os quatro crioulos são bem jovens. Dois têm 8 anos e dois têm 6 anos. Se algum é filho da escrava Joana, de 40 anos, não temos como comprovar, mas podemos supor, pois a presença da família escrava não era rara, tornando possível a manutenção de plantéis não somente através da compra de cativos, mas através de seu crescimento vegetativo. Nos registros de batismos referentes aos anos 30 do oitocentos já constatamos que escravos de nação continuavam chegando a Ouro Preto, inclusive sem receio de serem assim designados pelo pároco, apesar das primeiras medidas proibitivas ao tráfico internacional datadas de 1831. Apesar de Francisca ser analfabeta, seus filhos tiveram pelo menos as primeiras letras, pois constam como alfabetizados.

No mesmo quarteirão quatorze encontramos a fazenda de Miguel da Silva. Residia ali com sua mulher Maria e vinte e oito escravos. A constituição de seu plantel é bem mais complexa. Estão ali dezoito homens e dez mulheres. Quinze são africanos (oito homens e sete mulheres), cinco cativos são crioulos e entre os pardos, temos a presença de 5 homens e duas mulheres. A presença da família escrava nesta propriedade é bem mais provável de ser verificada, pois os cinco crioulos têm idade bem tenra, inclusive um com 2 anos. Três pardos têm menos que 13 anos. Cinco africanas têm entre 9 e 15 anos. Podemos pensar na possibilidade da compra dessas jovens terem sido compradas para formarem famílias escravas, ou podemos pensar na hipótese de escravos mais jovens serem mais baratos e, portanto, numa região onde a economia não era tão dinâmica essa fosse uma forma mais acessível para se constituir um plantel. Afinal de contas, o fazendeiro Miguel da Silva se destacava na região por seu grande número de escravos, bem fora do padrão médio da região.

Constatamos a presença de outras 3 propriedades voltadas para a manufatura. São duas fábricas de louça e uma fábrica de ferro. As duas primeiras são pequenos empreendimentos, com utilização de mão de obra familiar e/ou livre. Joaquim Barreto, crioulo, mantém sua fábrica praticamente sozinho, pois reside ali somente com sua mulher Feliciano também crioula e dois filhos pequenos. A fonte não nos possibilita sabermos se ali era utilizado o trabalho de jornaleiros. Na outra fábrica de louça também não há a presença da mão de obra cativa. Seu proprietário é pardo e alfabetizado. É casado com Leonor, parda e possuem três crianças. Residem com eles duas agregadas, possivelmente auxiliando-os na produção ou nos afazeres domésticos.

A fábrica de ferro já se estabelece como um empreendimento de médio porte. Seu proprietário é Antonio Gomes Lisboa, pardo, de 69 anos. É casado com Maria de Oliveira, de 30 anos. Residem com eles sete filhos, sendo os três mais velhos de um possível primeiro casamento. Constatamos a presença ainda de três agregados, todos pardos. A escravaria é formada por 7 africanos (seis homens e uma mulher), além de uma crioula. Esta, Emiliania, é bem jovem, tem 12 anos, e possivelmente é cria da casa.

Nenhum outro fogo mereceu destaque como estabelecimento eminentemente comercial, manufatureiro, administrativo ou artesanal. Deviam portanto conjugar o domicílio com a atividade econômica de seu proprietário. Por isso passamos a uma análise das funções ou ocupações descritas, apesar de também serem bem limitadas. A função de cada fogo não devia ser uma das preocupações centrais dos recenseadores, pois não constam para 3.000 dos moradores. Destacamos as ocupações mais relevantes, pois nos interessa determinar o perfil econômico e social da sede da província, por sua posição própria.

Entre os residentes que se dedicavam à prestação de serviços próprios ao núcleo comercial, destacamos os açougueiros (2), advogados (3), alfaiates (43), caixeiros ou guarda-livros (45), carpinteiros ou carapinas (18), carteiro (1), costureiras (2), padres (14),

funcionários públicos (34), engenheiros (2), escrivães (2), estudantes (11), farmacêuticos (5), ferreiros (30), Juiz de direito (1), marceneiros (9), médicos ou cirurgiões (3), militares (99), músicos (14), negociantes ou comerciantes (149), ourives (10), professores (3), sapateiros (43), tabeliães (2), tropeiros (12), viajantes (4), vivem de renda (6). Entre as ocupações que não têm um caráter eminentemente urbano, identificamos 4 faiscadores, 7 feitores, 4 funileiros, 4 hortelãos, além das fazendas já citadas.

Não era rara a presença de fogos individuais. Oitenta e uma pessoas viviam sós, o que não significava que fossem solitárias, pois o grande número de celibatários proporcionava que apesar de vivem separados, casais se “visitassem”, responsabilizando-se pelo grande número de filhos naturais. Pequenas famílias também são destaque no perfil dos domicílios de Ouro Preto. No entanto observamos pessoas vivendo na mesma residência, mas sem qualquer vínculo de parentesco. O quadro abaixo nos mostra essa situação. Os homens são chefes de domicílios em 60% dos casos, e economicamente são mais poderosos, pois enquanto as mulheres se destacam nos pequenos fogos, vão diminuindo sua presença na medida em que aumentam o número de componentes. Não deixa de ser admirável no entanto que uma mulher administre uma residência onde vivem 24 pessoas.

QUADRO 3: TAMANHO DOS FOGOS POR SEXO DO CHEFE

	SEXO		Total
	Homem	mulher	
PESSOAS 1	32	49	81
2	77	64	141
3	63	51	114
4	48	44	92
5	34	26	60
6	29	14	43
7	28	15	43
8	25	6	31
9	28	4	32
10	18	8	26
11	12	3	15
12	4	1	5
13	10	1	11
14	2	2	4
15	2	2	4
16	5	0	5
17	2	0	2
18	2	0	2
20	3	1	4
21	3	0	3
22	1	0	1
24	1	1	2
25	1	0	1
29	1	0	1
30	1	0	1
31	1	0	1
Total	433	292	725

TABELA 3: Relação com o chefe do domicílio

		Número	Porcentagem
Relação com o chefe do domicílio	Não consta	354	9,6
	Chefe	725	19,6
	Cônjuge	268	7,3
	Filho	982	26,6
	Parente do chefe	211	5,7
	Agregado	242	6,6
	Parente do agregado	62	1,7
	Escravo	817	22,1
	Parente do escravo	29	0,8
	Total	3.690	100,0

OUTRAS INFORMAÇÕES

O número de pessoas alfabetizadas é novidade na lista de 1838. Até então este dado não aparece nos recenseamentos. Neste ano o número onde consta a informação de serem alfabetizados é de 1225, que contempla 33% da população. Destes, somente 050% são escravos.

Por fim temos a identificação por nacionalidade.

TABELA 4: COMPOSIÇÃO POR NACIONALIDADE

		Número	Porcentagem
Nacionalidade	N/consta	3.444	93,3
	Estrangeiro	4	0,1
	Alemão	1	0,0
	Francês	2	0,1
	Africano	5	0,1
	Angola	11	0,3
	Benguela	6	0,2
	Cabinda	2	0,1
	Cassange	2	0,1
	Congo	8	0,2
	Mina	1	0,0
	Moçambique	6	0,2
	De nação	197	5,3
	Rebolo	1	0,0
	Total	3.690	100,0

Consideramos que os não identificados sejam brasileiros. É interessante no quadro que determina as nacionalidades a ausência de portugueses, já que observamos através dos registros paroquiais de casamentos sua chegada mesmo após a independência política do Brasil. No decênio de 1830 a 1840 tivemos o casamento de três portugueses. O alemão residente em Ouro Preto é o engenheiro Fernando Halfeld, Engenheiro alemão, nascido em 23 de fevereiro de 1797. Adota a nacionalidade brasileira e se fixa no Brasil, por volta de 1835, como engenheiro-chefe da Província de Minas. É contratado pelo Governo Imperial para estudar o Rio São Francisco, da Cachoeira de Pirapora até o seu desaguar no oceano. Percorre e explora o grande rio e seus afluentes durante o período de 1852 a 1854. Torna-se grande proprietário em Juiz de Fora onde falece em 1893. Destacamos por fim a identificação de africanos, tanto assim denominados, como também de nação ou com referência à sua origem ou da região de embarque para o Brasil. Apesar das primeiras medidas do governo central de incentivo à entrada de colonos europeus no Brasil, estes não chegaram ainda em Ouro Preto. Já em 17/12/1831 a comissão encarregada de formar projetos de propostas ou representações sobre os diversos pontos indicados na fala da presidência, apresenta no Conselho Geral projetos de navegação do rio Doce, de cultura dos sertões e a civilização dos indígenas selvagens. Para tanto seria necessário o aumento da população, “através da emigração de estrangeiros úteis e laboriosos que venham fixar residência e empregar seus fundos e faculdades intelectuais, já na agricultura, já na mineração e já, finalmente, na exploração de muitos produtos” (...) e no “desenvolvimento da indústria rural e fabril.”³⁹

BIBLIOGRAFIA

- BERGAD, Laird W. Escravidão e História Econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1888. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2004.
- BOTELHO, Tarcisio R. Família escrava em Catas Altas do Mato Dentro (MG) no século XVIII. In: Anais da V Jornada Setecentista. Curitiba: 2003.
- BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim. Família e Patriarcalismo em Minas Gerais. In: PAIVA, Eduardo França (org) Brasil-Portugal: sociedades, culturas e formas de governar no mundo português (séculos XVI-XVIII). São Paulo: Annablume, 2006.
- CORRÊA, Carolina Perpetuo. Aspectos da demografia e vida familiar dos escravos de Santa Luzia, Minas Gerais, 1818-1833. In: Anais do XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambu - MG – de 20- 24 de Setembro de 2004.
- COSTA, Iraci Del Nero da. Vila Rica: População (1719-1826). São Paulo: IPE/USP, 1979.
- COSTA, Joaquim Ribeiro. *Toponímia de Minas gerais com estudo histórico da divisão territorial e administrativa*. 2a ed. Belo Horizonte, BDMG Cultural, 1997. (1a ed. 1970).
- LIBBY, Douglas Cole e PAIVA, Clotilde A. Alforrias e forros em uma freguesia mineira: São José Del Rei em 1795. In: Revista Brasileira de Estudos de População. Vol. 17, n1/2 Jan/Dez. 2000.
- LIBBY, Douglas Cole. Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- MATHIAS, Herculano Gomes. Um recenseamento na capitania de Minas Gerais: Vila Rica – 1804. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1969.
- PAIVA, Clotilde Andrade. População e economia nas Minas Gerais do século XIX. São Paulo, USP 1996. Mimeo.
- RAMOS, Donald. A luta pela alma: conflito espiritual nas Minas Gerais do século XVIII. In: Oficina do Inconfidência. ano 2, nº 1. Ouro Preto: Museu da Inconfidência, 2001.
- VEIGA, José Pedro Xavier. Efemérides Mineiras: 1664-1897. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos Culturais. Fundação João Pinheiro, 1998.

³⁹ VEIGA, Efeméridesp. 1064